



O dia em que as barracas vieram abaixo

ALEX FERRAZ

Era 23 de agosto de 2010. Logo pela manhã, através de funcionários da Prefeitura de Salvador, tratores, escavadeiras e marretas, iniciaram a demolição das 353 barracas de praia que ainda restavam na orla da capital baiana, cumprindo determinação judicial. Algumas já tinham sido desativadas, mas a grande maioria seguia funcionando.

Foi uma segunda-feira de horror para os barraqueiros. Choro, protestos, declarações dramáticas, nada adiantou. A determinação e a frieza como são cumpridas as ordens judiciais de despejo se impôs.

Em toda a orla de Salvador, principalmente a oceânica, o ambiente era de caos. Escombros em meio a grupos de resistência. Na praia de Ipitanga, uma das mais procuradas da cidade, os proprietários e funcionários dos estabelecimentos, que dormiram no local, montaram barricadas de isolamento e ficaram à frente das máquinas.

A estratégia deu resultado, pelo menos temporariamente: as polícias Federal e Militar, para evitar um eventual confronto, sugeriram aos funcionários da prefeitura que suspendessem a ação em Ipitanga. Então, eles seguiram para a praia do Flamengo, onde não encontraram dificuldades para iniciar a derrubada. Durante a madrugada, os proprietários haviam desocupado as barracas e retirado todos os seus pertences. Na praia de Itapuã, alguns barraqueiros bloquearam ruas do bairro com pneus e pedaços de madeira para impedir a chegada dos funcionários da prefeitura.

“CONSTRUÇÃO ILEGAL”

A demolição das barracas foi ordenada pelo juiz Carlos D’Ávila, da 13ª Vara da Justiça Federal. Segundo ele, tratava-se de construções ilegais, porque ocupavam uma faixa (areia) que pertence à União.

Em sua sentença, o juiz disse que a orla de Salvador está “favelizada, imunda, entupida de armações em alvenaria”, e que a construção das barracas “reduziu as praias da cidade, outrora

Em sua sentença, o juiz disse que a orla de Salvador está “favelizada, imunda, entupida de armações em alvenaria”, e que a construção das barracas “reduziu as praias da cidade, outrora belas, mais horrendo e bizarro trecho do litoral das capitais brasileiras”, tudo isso, “sob o beneplácito de desastrosas permissões de uso, outorgadas pelo Executivo local”.

belas, no mais horrendo e bizarro trecho do litoral das capitais brasileiras”, tudo isso, “sob o beneplácito de desastrosas permissões de uso, outorgadas pelo Executivo local”. Os advogados que defendiam os barraqueiros ingressaram na Justiça através de mais de 20 ações pedindo a suspensão da decisão, mas nada mudou e ao longo do primeiro semestre, mais 137 barracas foram demolidas pelo mesmo motivo.

SOLIDARIEDADE

Como seria de esperar, o então prefeito João Henrique Carneiro foi o principal alvo das críticas e protestos. Ele disse, no entanto, que apoiava os barraqueiros: “Continuamos manifestando a nossa solidariedade aos barraqueiros. Nós compreendemos a decisão da Justiça, mas os três poderes (federal, estadual e municipal) podem ajudar a construir uma solução para a sobrevivência dos trabalhadores.” Segundo João Henrique, “a Justiça Federal está fazendo a sua parte, agindo dentro da lei”. “No entanto, como é um ano eleitoral, tem gente querendo atribuir à prefeitura a culpa pela derrubada das barracas, quando na verdade foi um recurso da prefeitura que permitiu manter os permissionários atuando até hoje.”



Um gênio chamado Quintino

Quintino de Carvalho, responsável pelo recrutamento do pessoal para trabalhar na ‘Tribuna da Bahia’ e seu primeiro redator-chefe, era um jornalista completo: texto perfeito, sensível,

perspicaz, feroz de repórter. De futebol, entretanto, nada sabia nem fazia a menor questão de aprender. Normalmente delegava para mim, como editor de esportes, a tarefa de redigir as chamadas, juntamente com os títulos, relativas à minha área e que mereciam destaque na capa do jornal. Ao deixar a ‘Tribuna’, de volta para

casa, deixava o espaço, com os números de linhas (não se falava, na época, em caracteres) para o texto e os de toques para o título. Já quando as chamadas viravam manchete do jornal, fazia questão dele mesmo dar o título em cima do material que eu elaborava.

No início dos anos 70, numa noite de quarta-feira, o Bahia e aquele *time* do Cruzeiro, com Tostão, Piazza, Dirceu Lopes, Natal, Evaldo, dentre outras *feras*, jogavam na Fonte Nova, pelo Campeonato Brasileiro, e eu chego à Redação, vindo do estádio, por volta das 23h30. Ao me ver no corredor, mal saído do

elevador, Quintino chama-me no *aquário* - uma grande sala envidraçada, de frente para a rua Djalma Dutra, em que praticamente vivia e que abrigava, além de uma larga mesa, um sofá, onde descansava usando um dicionário como travesseiro, e duas poltronas - e pede que, antes de fazer a chamada, lhe contasse como foi a partida, ganha pelo Cruzeiro, se não me engano, por 2 x 0. Estranhei aquele comportamento, por não ser usual, e percebi que ele se apressava para ir embora. Imaginei que estivesse cansado ou com algum compromisso cedo, agendado para o dia seguinte.

Disse-lhe que, empurrado pela torcida, que enchera a Fonte Nova, o Bahia, como se diz hoje, teve uma *maior posse de bola*, que atuara com muita vontade e que, durante boa parte da competição, esmagou o adversário, que se defendia bem e parecia não se assustar com o futebol tricolor. “Sim, Nininho” - chamava-me pelo apelido - “mas não foi o Cruzeiro que venceu?”, questionou-me. Eu então lhe expliquei que a superioridade baiana era aparente, tinha pouca objetividade, pois a equipe finalizava mal ou errava o último passe. Afirmei também que o Cruzeiro, cheio de craques, tinha uma defesa sólida, um extraordinário

quadrado no meio de campo e, com toques refinados, fora mortal nos contra-ataques, fazendo os gols que o Bahia não soube marcar. “Ok, ok, isto é suficiente”, falou, colocando uma lauda na máquina Olivetti e, arrumando-se para sair, sintetizou o jogo com esta fantástica manchete: ‘AARTE VENCE O ENTUSIASMO’.

***Antônio Matos, jornalista, escritor e delegado de Polícia, foi o primeiro editor de Esportes da ‘Tribuna da Bahia’**